COMERCIAL MINEIRA S.A.

CNPJ: 17.167.727/0001-60

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.913	2.833
Contas a receber de clientes	5	1.793	1.116
Estoques	6	8.719	9.624
Impostos a recuperar	7	235	713
Outros ativos circulantes	8	6.128	3.748
		19.788	**18.034**
Não circulante			
Partes relacionadas	9 a)	207.014	114.072
Depósitos judiciais	14	188	269
Débitos por incentivos fiscais		381	475
Outros ativos não circulantes		25.582	24.249
Títulos de renda variável		43	56
Ativo biológico		9.487	10.120
		242.695	**149.241**
Investimentos	10	65	193.875
Imobilizado	11	29.017	19.022
Intangível		201	8
		29.283	**212.905**
Total do ativo		**291.766**	**380.180**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores		965	1.773
Empréstimos e financiamentos	12	4.914	13.394
Arrendamento - Direito de uso	13	189	937
Obrigações trabalhistas e tributárias		2.303	1.707
Provisão para perda em investimentos	10	138.729	165.543
Outros passivos circulantes		791	1.376
		147.891	**184.730**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	45.682	51.956
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	1.739
Obrigações trabalhistas e tributárias		108	-
Arrendamento - Direito de uso	13	2.332	976
Partes relacionadas	9 b)	98.901	411.482
Contingências	14	8.745	1.144
Debêntures	15	36.464	30.972
Tributos diferidos		4.147	4.381
Outros passivos não circulantes		31	34
		196.410	**502.684**
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	16	100	102.028
Ajustes de avaliação patrimonial		297	297
Ágio na participação de sócio		(2.736)	(2.736)
Ajuste na conversão da moeda		631	631
Outros resultados abrangentes		18.422	18.422
Prejuízo acumulado		(69.249)	(425.876)
		(52.535)	**(307.234)**
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		**291.766**	**380.180**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas	17	20.813	18.873
Custo das vendas		(10.898)	(8.416)
Lucro bruto		9.915	10.457
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(28.899)	(28.405)
Resultado com equivalencia patrimonial		(9.926)	(19.356)
Despesas tributárias	19	(1.337)	(414)
Outras (despesas)/receitas operacionais	20	60.236	29.573
		20.074	**(18.602)**
Resultado operacional antes das despesas financeiras, líquidas		29.989	(8.145)
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	21	309	159
Despesas financeiras	21	(14.801)	(7.385)
		(14.492)	**(7.226)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		15.497	(15.371)
Impostos de renda e contribuição social diferidos			
Impostos de renda e contribuição social diferidos		234	(4.381)
		234	**(4.381)**
Lucro líquido /(prejuízo) do exercício		**15.731**	**(19.752)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2022	2021 (Reapresentado)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	15.731	(19.752)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	**15.731**	**(19.752)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio na participação de sócio	Ajuste na conversão da moeda	Outros Resultados Abrangentes	(Prejuizos)/ lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**102.028**	**297**	**(2.736)**	**631**	**18.422**	**(406.124)**	**(287.482)**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.752)	(19.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado	**102.028**	**297**	**(2.736)**	**631**	**18.422**	**(425.876)**	**(307.234)**
Absorçao de AFAC com prejuizos acumulados	-	-	-	-	-	237.375	237.375
Redução de capital com cancelamento de ações	(103.521)	-	-	-	-	103.521	-
Integralização de capital	1.593	-	-	-	-	-	1.593
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.731	15.731
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**100**	**297**	**(2.736)**	**631**	**18.422**	**(69.249)**	**(52.535)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2022	2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro /(Prejuízo) líquido do exercício	15.731	(19.752)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.430	1.701
Valor residual do ativo permanente baixado	4.905	3.559
Resultado de equivalência patrimonial	9.926	19.356
(Reversão)/constituição de provisão para contingências	7.601	172
(Reversão)/constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	16
Provisão para Impostos de renda e contribuição social diferidos	(234)	4.381
	39.375	**9.433**
Aumento líquido nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(693)	(399)
Estoques	905	1.910
Impostos a recuperar	478	651
Títulos de renda variável	13	24
Outros ativos	(3.538)	(26.287)
	(2.835)	**(24.101)**
Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(808)	(610)
Obrigações trabalhistas e tributárias	704	(314)
Outros passivos	(585)	274
	(689)	**(650)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**35.851**	**(15.318)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo biológico	633	(2.660)
Investimentos	157.070	23.460
Ativo imobilizado	(15.563)	(3.995)
Intangível	(193)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital, concedido	-	1.190
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**141.947**	**17.995**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	1.593	-
Adiantamento para futuro aumento de capital, recebido	(1.739)	-
Empréstimos e financiamentos	(14.754)	189
Debêntures	5.492	(946)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	93	69
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(252)	(509)
Partes relacionadas, líquidas	(168.151)	(50.027)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(177.718)	(51.224)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**80**	**(48.547)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.833	51.380
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.913	2.833
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**80**	**(48.547)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Comercial Mineira S.A. foi constituída em 1958, na forma de sociedade anônima, estando sediada no município de Belo Horizonte/MG. Tendo como objeto social a participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista, além de atuar na área de agricultura produzindo grãos, dentre eles , milho, soja e feijão.

A companhia é acionista da Brasfrigo S.A. com participação de 19,75% e Center Trading, com participação 89,41%. Em 2022 foi realizado reestruturação societária na Comercial Mineira, envolvendo algumas empresas do Grupo BMG com a finalidade de planejamento sucessório. A reestruturação societária consistiu em uma estratégia de transmissão do patrimônio do acionista majoritário, Flávio Pentagna Guimarães aos seus herdeiros e empresas coligadas e controladas da forma mais otimizada possível do ponto de vista legal e fiscal, e respaldada nas leis aplicáveis e governança corporativa do Grupo Empresarial BMG, prevalecendo a segurança jurídica. As participações societárias e os mútuos foram cedidos para a empresa RAJ Participações S.A.

A Comercial Mineira apresentou sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios, isto porque apesar das atividades agrícolas apresentarem resultado positivo, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos apresentados nas demais investidas (controladas ou Holding) nos últimos exercícios e pelos custos da Holding. Com a reestruturação societária, a Comercial Mineira almeja melhora nos resultados, uma vez que grande parte do prejuízo acumulado é oriundo de resultados negativos das investidas. O grupo garante os recursos necessários à manutenção das operações da Companhia e a intenção da continuidade da mesma.

2. Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standard ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 em 13 de novembro de 2023. **b. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos a despesa de venda; • As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 5**: contas a receber de clientes (provisão para perdas); • **Nota Explicativa nº 6**: estoques (provisão para perdas); • **Nota Explicativa nº 11**: imobilizado (depreciação); • **Nota Explicativa nº 10**: investimentos (provisão para perdas em investimentos); • **Nota Explicativa nº 14**: provisões para passivos contingentes.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Transações em moedas estrangeiras** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado); • Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (hedge) é efetiva; • Uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **3.2. Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, títulos de renda variável e outros créditos. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar. **(iii) Capital social - Ações ordinárias** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **- Ações preferenciais** Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia. Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com detentor do título, ou se o pagamento de dividendos não for discricionário. Nestes casos, os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na nota explicativa 23. **3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, quanto a: i) justificativa do cliente para o atraso; ii) renegociação e/ou parcelamento do título; iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. **3.5. Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. O custo dos ativos biológicos após colheita é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte. **3.6. Ativos biológicos** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os ativos biológicos compreendem as plantações de milho grão, soja e feijão. Como o valor justo destes ativos deve ser facilmente determinado, eles são inicialmente reconhecidos e subsequentemente avaliados ao valor justo menos as despesas com vendas. Por ocasião da colheita, a soja, milho, feijão são reconhecidos em "Estoques" pelo valor justo menos as despesas de venda e não mais remensuradas. **3.7. Investimentos** Representados por participações em empresas controladas e coligadas, sendo avaliadas pela equivalência patrimonial nos balanços encerrados, com base nos percentuais de participação da Companhia. As demonstrações contábeis das empresas investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da investidora, e, quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas praticadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora. **3.8. Propriedades para investimento** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente. **3.9. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). **(ii) O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:** • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes à ganhos ou perdas decorrentes de hedges de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **(iii) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos que serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iv) Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes: • **Instalações:** 10% ao ano; • **Máquinas e equipamentos:** 10% ao ano; • **Veículos:** 20 % ao ano; • **Móveis e utensílios:** 10% ao ano; • **Computadores e periféricos:** 20% ao ano. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **3.10. Ativos intangíveis (i) Software** Os softwares são demonstrados pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas. Os softwares são considerados como tendo vida útil definida. A vida útil de um ativo intangível é avaliada periodicamente, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. A amortização de bens do intangível é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica, que é estimada como segue: • Software: 20% ao ano. **3.11. Redução ao valor recuperável (i) Ativos financeiros não derivativos** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. **(ii) Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.12. Empréstimos e financiamentos** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Provisões** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **3.14. Receita operacional (i) Venda de bens** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo transportador localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento pelo cliente. **(ii) Prestação de serviços** A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados. Quando serviços incluídos um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a contraprestação de receitas é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. **(iii) Comissões** Quando o Grupo atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal, em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo. **(iv) Receita de aluguel** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas. **3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. **3.16. Apuração do resultado** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera: **(i)** As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda; **(ii)** As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e suas investidas, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício. **(i) Imposto corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. **(ii) Imposto diferido** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **(iii) Exposições fiscais** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **3.18. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica. **(ii) Ativos biológicos** O valor justo dos ativos biológicos é baseado no preço de mercado dos volumes comercializados, líquidos dos custos. **(iii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis** Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. **(iv) Outros passivos financeiros não derivativos** Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. **3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos – custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37/CPC 25)** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de maneira específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na Norma IAS 16/CPC 27 – imobilizado** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** Foram feitas alterações nas normas: **(i)** IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; **(ii)** IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; **(iii)** IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e **(iv)** IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.

d) Alteração na Norma IFRS 3/CPC 15 Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na Norma IAS 8/CPC 23 –** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023; **b) Alteração na Norma IAS 12/CPC 32 –** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023; **c) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 –** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023; **d) Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06 –** trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024; **e) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como circulante ou não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Administração está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. **3.20. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021** Adicionalmente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, foram alteradas em relação àquelas apresentadas anteriormente, inclusive seus valores correspondentes, conforme demonstrado a seguir:

Balanço patrimonial

Ativo	2021 (Reapresentado)	Ajustes Reclassificações	2021
Circulante	18.034	-	18.034
Não circulante	362.146	(11.382)	373.528
Total do ativo	**380.180**	**(11.382)**	**391.562**

Passivo e patrimônio líquido negativo	2021 (Reapresentado)	Ajustes Reclassificações	2021
Circulante	184.730	-	184.730
Não circulante	502.684	2	502.682
Patrimônio líquido negativo	(307.234)	(11.384)	(295.850)
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo	**380.180**	**(11.382)**	**391.562**

Demonstração do resultado

	2021 (Reapresentado)	Ajustes Reclassificações	2021
Receita líquida de vendas	18.873	-	18.873
Custo das vendas	(8.416)	-	(8.416)
Despesas administrativas e gerais	(28.405)	-	(28.405)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.356)	(11.382)	(7.974)
Despesas tributárias	(414)	-	(414)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	29.573	(2)	29.575
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas	(7.226)	-	(7.226)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(4.381)	-	(4.381)
Prejuízo do exercício	**(19.752)**	**(11.384)**	**(8.368)**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2021 (Reapresentado)	Ajustes Reclassificações	2021
Caixa líquido das atividades operacionais	(15.318)	-	(15.318)
Caixa líquido das atividades de investimentos	17.995	1.190	16.805
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(51.224)	(1.190)	(50.034)
	(48.547)	**-**	**(48.547)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	51.380	-	51.380
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.833	-	2.833
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(48.547)**	**-**	**(48.547)**

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa (DI).

	2022	2021 (Reapresentado)
Caixa	9	7
Bancos - conta corrente	1.182	1.206
Aplicações financeiras	1.722	1.620
Total	**2.913**	**2.833**

Ademais o Grupo mantém aplicações financeiras junto à coligada - Banco BMG. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e à análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 23.

5. Contas a receber de clientes

Composto por créditos a receber na venda de produtos no mercado interno e em exportações, sendo reconhecidos em resultado de acordo com a competência dos valores, em conformidade aos critérios mencionados na nota 3.4. Com base na expectativa de recebimento dos montantes envolvidos, a Administração efetivou provisão para perdas nos saldos recebíveis, em valor julgado suficiente para fazer face aos riscos inerentes de não realização nos mesmos. Os saldo constantes em clientes estão assim representados:

	2022	2021 (Reapresentado)
Duplicatas a receber	1.958	1.265
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(165)	(149)
Total	**1.793**	**1.116**

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, é divulgada na nota explicativa 23. **Movimentação da provisão para devedores duvidosos no ano:**

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(133)**
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado	**(149)**
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33)
(=) Saldo atual – 31 de dezembro de 2022	**(165)**

6. Estoques

Constituído por produtos agrícolas, soja, milho e feijão. Todos os itens existentes estão mensurados pelo custo de aquisição ou produção.

	2022	2021 (Reapresentado)
Matéria prima e produtos auxiliares	1.953	2.694
Produtos em processo	3.689	2.547
Produtos agrícolas	792	2.091
Estoque em poder de terceiros	379	830
Outros estoques	1.906	1.462
Total	**8.719**	**9.624**

7. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, o saldo de impostos a restituir está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício.

	2022	2021 (Reapresentado)
IRPJ	42	46
COFINS à recuperar	13	277
PIS à recuperar	3	62
ICMS à recuperar	2	153
Outros impostos	175	175
Total	**235**	**713**

8. Outros ativos circulantes

	2022	2021 (Reapresentado)
Adiantamentos a funcionários	53	67
Adiantamentos a fornecedores	52	98
JCP a receber	604	608
Outros valores a receber	4.000	1.333
Despesas antecipadas e outros	1.419	1.642
Total	**6.128**	**3.748**

9. Partes relacionadas

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.145/08, que aprova a NBC T 17, e CPC 05 (R1) e correspondentes (IAS 24), a Administração faz divulgação sobre partes relacionadas, informando que: O Grupo adota política de remuneração ao pessoal chave da administração que inclui seus Diretores executivos e não executivos, Conselho de Administração e todos os administradores da Companhia. **Ativo não circulante** a) **As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.** Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligadas, bem como com terceiros, com a remuneração dos valores históricos com base nos juros acordados nos respectivos contratos, e apuração e registro dos encargos devidos de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre os montantes envolvidos, quando aplicável. As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Empresa, foram realizadas em condições acordas entre as partes envolvidas, e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados: Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

	2022	2021 (Reapresentado)
Ricardo Annes Guimarães	3.624	3.624
EGL Empreendimentos Gerais Ltda.	17.950	-
Center Trading Indústria e Comércio S.A.	4.563	3.097
CSMG Administradora de Seguros Ltda.	166.180	98.987
Terra e Empreendimentos Ltda - EPP	2.287	2.287
Theo Peixoto Braga	657	657
BMG Uptech Desenvolvimento Tecnologico Ltda	4.720	5.420
Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participação	905	-
Empresa Agrícola Santa Rita	73	-
COEMP Comércio e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.180	-
Brasfrigo S.A.	1.579	-
Holding Belvedere Ltda.	215	-
RARA Intermediação de Negócios	1.800	-
Marcos Vinicius Fernandes Vieira	675	-
Banco BMG S.A.	416	-
Lafaiete Empreendimentos e Participações Ltda.	8	-
PF Participações Ltda.	182	-
Total	**207.014**	**114.072**

Passivo não circulante b) As operações com Empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

	2022	2021 (Reapresentado)
Brasfrigo S.A.	5.141	6.818
São Mateus Agropécuaria S.A.	15.730	19.858
COEMP Comércio Empreendimentos S.A	-	8.141
Empresa Agrícola São Gabriel Ltda.	5.600	16.473
Empresa Agrícola São Cristovão Ltda.	591	1.500
Cia. Agrícola Santa Clara	700	51.295
Holding Ouro Preto Ltda.	-	27.688
BMG Participações S.A.	9.479	176.838
Marketing Delivery Ltda.	40.956	59.143
Flávio Pentagna Guimarães	20.109	27.861
CS MG Adm. Seguros Ltda.	595	-
Emrpesa Bras. De Desenvolvimento e Participação	-	4.980
Holding Belvedere Ltda.	-	10.887
Total	**98.901**	**411.482**

10. Investimentos

Apresentamos a seguir as principais informações relacionadas aos investimentos da Companhia:

	Participação %	2022	2021 (Reapresentado)
Brasfrigo S.A.	100,00%	64	-
Market Delivery Ltda.	9,51%	-	6.580
Santa Clara Comércio e Empreendimentos S.A.	47,01%	-	40.987
COEMP Comércio Empreendimentos S.A	60,60%	-	136.271
EGL Empreendimentos Gerais Ltda.	6,75%	-	3.028
Empresa Agrícola São Cristovão Ltda.	9,21%	-	512
PF Participações Ltda	98,86%	-	618
São Mateus Agropecuaria	78,19%	-	5.848
Expocaccer - Cooperativa Cafeicultores do Cerrado Ltda.		1	1
Way Liz Prestação de Serviços Ltda.	7,37%	30	30
Total investimentos - Ativo		**95**	**193.875**
Provisão para perda em investimentos			
BMG Participações S.A	4,48%	-	35.434
Brasfrigo S.A	12,94%	-	80
Center Trading Indústria e Comércio S.A.	89,41%	138.729	130.029
Total provisão para perda em investimentos - Passivo		**138.729**	**165.543**

As empresas integrantes do grupo empresarial BMG realizaram uma reestruturação societária com a finalidade de planejamento sucessório. A reestruturação societária consistiu em uma estratégia de transmissão do patrimônio do acionista majoritário, Flávio Pentagna Guimarães aos seus herdeiros e empresas coligadas e controladas da forma mais otimizada possível do ponto de vista legal e fiscal, e respaldada nas leis aplicáveis e governança corporativa do Grupo Empresarial BMG, prevalecendo a segurança jurídica. As participações societárias e os mútuos foram cedidos para a empresa RAJ Participações S.A.

11. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e está demonstrado como segue:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em Andamento	Direito de uso	Outras	Total
Custo ou Avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.976**	**4.597**	**2.083**	**2.025**	**3.420**	**1.290**	**2.866**	**19.257**
Aquisição	-	-	65	2.336	1.283	1.022	311	5.017
Depreciação	-	(105)	(345)	(375)	-	(484)	(384)	(1.693)
Baixa	-	-	-	(85)	(3.027)	-	(447)	(3.559)
Transferência/Apropriações	-	-	-	-	(244)	-	244	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.976**	**4.492**	**1.803**	**3.901**	**1.432**	**1.828**	**2.590**	**19.022**
Custo Total	2.976	5.626	8.988	9.012	1.432	3.409	8.326	39.769
Depreciação Acumulada	-	(1.134)	(7.185)	(5.111)	-	(1.581)	(5.736)	(20.747)
Valor Contábil	2.976	4.492	1.803	3.901	1.432	1.828	2.590	19.022
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.976**	**4.492**	**1.803**	**3.901**	**1.432**	**1.828**	**2.590**	**19.022**
Aquisição	-	-	428	110	10.774	2.595	2.423	16.330
Depreciação	-	(105)	(319)	(513)	-	(115)	(378)	(1.430)
Baixa	-	-	-	-	(81)	(1.828)	(16)	(1.925)
Transferência/Apropriações	-	-	-	-	(1.430)	-	(1.550)	(2.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.976**	**4.387**	**1.912**	**3.498**	**10.695**	**2.480**	**3.069**	**29.017**
Custo Total	2.976	5.626	9.416	9.122	10.695	2.595	9.063	49.493
Depreciação Acumulada	-	(1.239)	(7.504)	(5.624)	-	(115)	(5.994)	(20.476)
Valor Contábil	**2.976**	**4.387**	**1.912**	**3.498**	**10.695**	**2.480**	**3.069**	**29.017**
Taxas anuais de depreciação	-	4%	4%	10%	-	10% a 20%	10% a 20%	

12. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto a instituições financeiras, tendo como finalidade a aquisição de bens ao Imobilizado de uso e captação de recursos para capital de giro, demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de juros contratados, incorridos até o encerramento do exercício. Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	2022	2021 (Reapresentado)
Empréstimos para capital de giro	50.596	65.350
Total	**50.596**	**65.350**
Circulante	4.914	13.394
Não circulante	45.682	51.956

Os empréstimos bancários vencem até 2026, com juros prefixados conforme o contato firmado junto à instituição financeira.

Referência	Tipo Correção
Captal de giro	CDI + 4,03% a.a.

Os empréstimos bancários são garantidos por fiança e aval dos sócios e não há covenants.

13. Arrendamento – Direito de uso

A Companhia adotou em 01 de janeiro de 2019, a contabilização dos Arrendamentos Mercantis de acordo com o CPC 06-R2.

	2022	2021 (Reapresentado)
Saldo inicial	**1.913**	**1.331**
Baixas/Adições	767	1.425
Juros do exercicio	93	(290)
Pagamentos realizados	(252)	(553)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	**2.521**	**1.913**
Circulante	189	937
Não Circulante	2.332	976

14. Contingências e Depósitos judiciais

Uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas com nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu em 31 de dezembro de 2022, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável no valor de R$ 8.745 mil (R$ 1.144 mil em 2021). A administração da companhia, por meio de opinião dos seus assessores jurídicos estima a probabilidade de perda como provável. Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Assim demonstramos a seguir as provisões constituídas, segregadas por tipo de processo: A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo em 2022 R$ 188 mil (R$ 269 mil em 2021). A Companhia tem processos em andamento de natureza tributária, trabalhista e cível nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante estimado de R$ 68.459 mil em 31 de dezembro de 2022 (68.459 mil em 2021).

15. Debêntures

Os saldos da Rubrica "Debêntures" estão assim demonstrados nas datas do balanço:

	2022	2021 (Reapresentado)
Associação Assistencial Família Bandeirantes	36.464	40.972
Debentures a subscrever	-	(10.000)
Total	**36.464**	**30.972**

A Companhia tem emissão de debêntures não conversíveis em ações, com as seguintes características e condições principais: • **Características:** Emissão em série única, no montante de R$ 40.000 mil (quarenta milhões de reais). Serão emitidas 80 (oitenta) debêntures no valor nominal unitário de R$ 500 mil (quinhentos mil reais) cada uma, na data de emissão. Para todos os fins e efeitos legais a data de emissão das debêntures é 02 de setembro de 2019. As debêntures foram emitidas na forma nominativa, sem a emissão de cártula ou certificados. O vencimento das debêntures ocorrerá no prazo de 09 (nove) anos contados da data de Emissão, vencendo, portanto, em 02 de setembro de 2028. Com amortização em 3 em 3 anos nas seguintes datas: 01/09/22, 02/09/25 e 02/09/28), e juros pagos de 2 em 2 anos nas datas: 02/09/21, 02/09/23, 02/09/25, 02/09/27 e 02/09/28; • **Prazo de integralização:** As debentures da emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, devendo ser integralizada à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, no ato da subscrição, por seu Valor Nominal Unitário, em moeda corrente nacional, mediante a assinatura do boletim de subscrição;

• **Remuneração do valor nominal unitário:** O Valor Nominal Unitário da Debênture será corrigido monetariamente, diariamente, com base de remuneração pelo percentual de 140% (cento e quarenta por cento) da taxa CDI-CETIP, tendo como base de cálculo a data de emissão até a Data de Vencimento, ou a data em que ocorrer o resgate antecipado da Debênture; • **Garantias:** As debentures não contam com quaisquer garantias, sejam reais ou fidejussórias; • **Demais Condições:** As demais condições e regras específicas relacionadas à emissão, incluindo as hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, estão reguladas na "Escritura Particular da 1ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Comercial Mineira S.A."

16. Patrimônio líquido negativo

O Capital Social de R$ 100 mil (cem mil reais) é dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Participação R$	Participação (%)
Flávio Pentagna Guimarães	99.900	99	99,00%
FG Participações Ltda	100	1	1,00%
Total	**100.000**	**100**	**100%**

17. Receita líquida de vendas

As receitas são representadas por vendas de produtos agrícolas tais como feijão, soja e milho, no mercado interno.

	2022	2021 (Reapresentado)
Venda no mercado nacional	20.709	18.694
Revenda no mercado nacional	102	205
Serviços de colheita	458	411
Impostos incidentes s/ vendas e serviços	(456)	(317)
Vendas canceladas	-	(120)
Total	**20.813**	**18.873**

18. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021 (Reapresentado)
Despesas com pessoal	(14.492)	(13.229)
Viagens e estadias	(773)	(263)
Perdas diversas	(642)	(1.092)
Serviços de terceiros	(9.585)	(10.860)
Despesas com material consumo	(291)	(231)
Outras despesas gerais	(3.116)	(2.730)
Total	**(28.899)**	**(28.405)**

19. Despesas tributárias

	2022	2021 (Reapresentado)
PIS s/ outras receitas	(131)	(29)
ICMS	(250)	(6)
IPTU	(212)	(143)
COFINS s/ outras receitas	(602)	(134)
Outros impostos e taxas	(142)	(102)
Total	**(1.337)**	**(414)**

20. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2022	2021 (Reapresentado)
Receitas eventuais	7.121	1.739
Reversão de provisões	36.248	1.066
Alienação de ativo permante	12.874	25.901
Recuperação de despesas	9.148	-
Provisão para contingências	(8.020)	(195)
Outras receitas operacionais	2.865	1.062
Total	**60.236**	**29.573**

21. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

	2022	2021 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	5	8
Juros ativos	8	6
Variação cambial e monetária ativa	116	1
Rendimentos de aplicação financeira	180	134
Juros s/ capital próprio	-	9
Multas recebidas	-	1
	309	**159**
Despesas financeiras		
Juros	(14.666)	(7.274)
Outras despesas financiras	(135)	(111)
	(14.801)	**(7.385)**
Total	**(14.492)**	**(7.226)**

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício. Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Companhia optou, conservadoramente, por não constituir imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **a) Estrutura de gerenciamento de risco** A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Companhia. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. **b) Risco de crédito** Risco e crédito é risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um contrato de financiamento de projetos sociais, ou de uma contraparte de um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo. Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. **c) Risco de mercado** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. **d) Riscos financeiros** É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações. **e) Exposição a riscos de taxas de juros** A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, TJLP e IGPM, nas aplicações financeiras em reais citada na nota explicativa nº 4, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 12 e nas duplicatas a receber de clientes em reais conforme citados na nota explicativa número 5.

24. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Ricardo Annes Guimarães
Diretor

Vanilce dos Santos Oliveira
Contador CRC 091.646/O-0